

# RELATÓRIO 2023

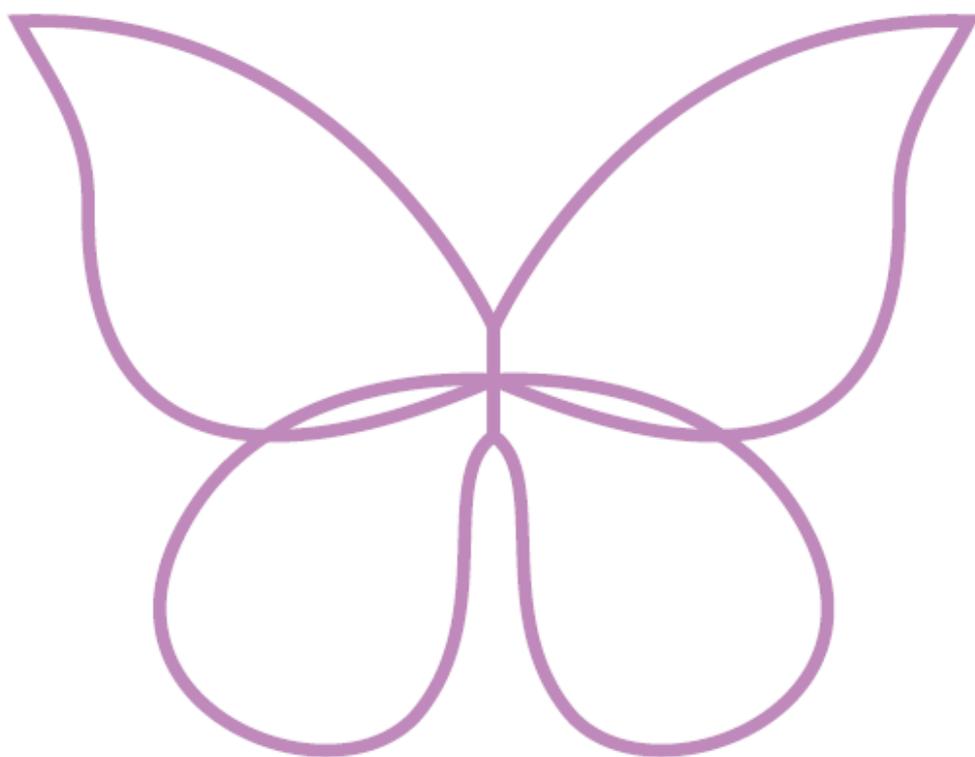
**COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER**  
em Situação de Violência Doméstica e Familiar  
do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



**COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER**  
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS



**COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER**  
em Situação de Violência Doméstica e Familiar  
do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

# Sobre a Coordenadoria

## APRESENTAÇÃO

Instituída pelo Decreto Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás nº 103/2013 para atender à Resolução nº 128/2011 do Conselho Nacional de Justiça, é um órgão colegiado de assessoria à Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça no desenvolvimento de políticas públicas, treinamentos e ações relacionadas ao combate e prevenção à violência contra as mulheres, não possuindo atribuição jurisdicional.

## EQUIPE

### **COORDENADORA DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

Juíza de Direito, Dra. Marianna de Queiroz Gomes

### **VICE-COORDENADORA DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

Juíza de Direito, Dra. Érika Barbosa Gomes Cavalcante

### **SEGUNDA VICE-COORDENADORA DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

Desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis

## JUÍZES (AS) MEMBROS

Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Lidia de Assis e Souza;

Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Reinaldo de Oliveira Dutra;

Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Gustavo Assis Garcia;

Juiz de Direito, Dr. André Reis Lacerda;

Juíza de Direito, Dra. Sabrina Rampazzo de Oliveira;

Juíza de Direito, Dra. Isabella Luíza Alonso Bittencourt;

Juíza de Direito, Dra. Geovana Mendes Baia Moises;

Juiz de Direito, Dr. Gabriel Lisboa Silva e Dias Ferreira;

Juíza de Direito, Dra. Ilanna Rosa Dantas Lents;

Juiz de Direito, Dr. Vitor Umbelino Soares Junior.

## ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA

Lucelma Messias de Jesus – Secretária Executiva;

Bruna Andrade Souza – Assessora Administrativa– Jurídico;

Carlos da Silva Gonçalves – Assessor Administrativo – Jurídico;

Daniele Rodrigues Nascimento – Analista Judiciário – Psicóloga;

Mara Cristina Ferreira – Analista Judiciário e Cerimonial;

Morgana Rodrigues dos Santos Araújo – Analista Judiciário – Assistente Social;

Geovana Bernardes Ribeiro – Estagiária de Psicologia;

Izadora de Oliveira Silva – Estagiária de Direito.

\* A composição da Coordenadoria da Mulher está disposta no Decreto Judiciário nº 4.942/2023



# Atividades realizadas no ano de 2023

## EDUCAÇÃO E JUSTIÇA: LEI MARIA DA PENHA NA ESCOLA

O Projeto Educação e Justiça: Lei Maria da Penha na Escola é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás executado de forma conjunta, articulada e integrada, com o objetivo de abordar a importância da Lei nº11.340/06 (Lei Maria da Penha) junto à rede de ensino fundamental nos municípios goianos, sensibilizando educadores e estudantes a respeito da necessidade de combate e prevenção à violência doméstica contra a mulher.

A escola manifesta-se como local que propicia a socialização e formação de crianças e adolescentes, possuindo a necessária e vital abertura para debates e reflexões em torno de variados temas.

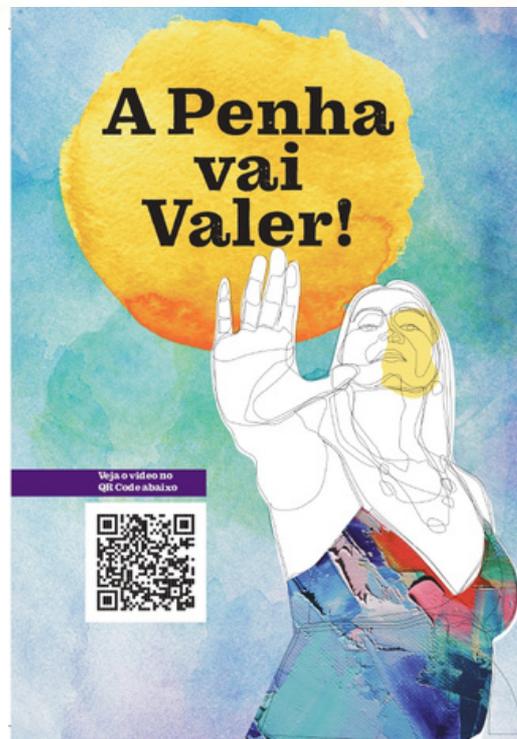
Em 2023, o Projeto Educação e Justiça: Lei Maria da Penha na Escola continua no rol de ações permanentes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Em março, foi iniciado o projeto no município de Iporá/GO, resultado de uma reunião técnica com representantes da Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Assistência Social. Posteriormente, a capacitação foi realizada de forma on-line na plataforma moodle da EJUG – Escola Judicial de Goiás e foram realizados encontros síncronos para discussão de pontos importantes e sensíveis para o enfrentamento da violência doméstica.

Em abril, foi firmado um acordo de parceria com a OAB – Ordem dos Advogados Seção Goiás para realização de uma capacitação com advogados e advogadas, a fim de formar facilitadores do projeto Educação e Justiça para maior alcance do projeto. Nos meses posteriores, aconteceu a capacitação on-line dos inscritos e foi feita uma lista de espera com contato dos interessados em uma nova turma do projeto.

## CAMPANHA "A PENHA VAI VALER"

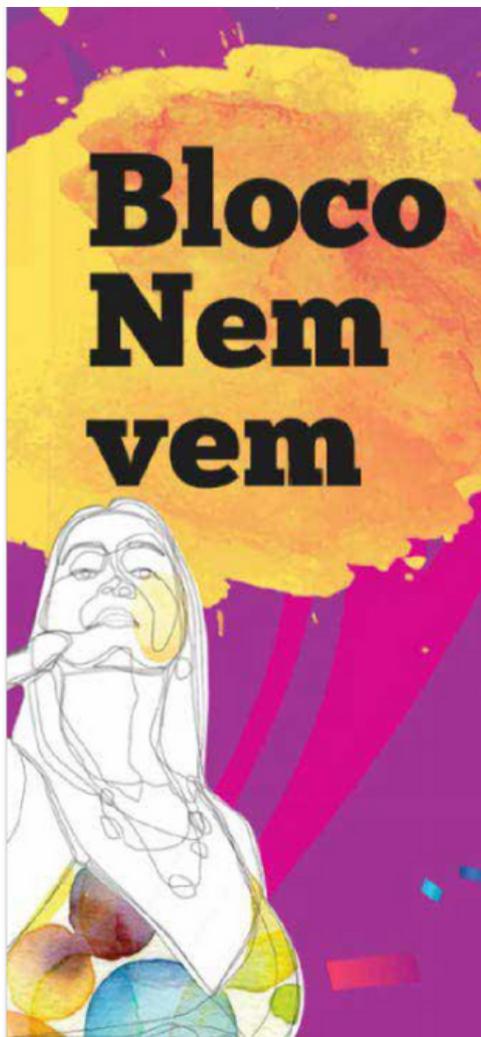
O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes Seccional Goiás (Abrasel/GO) e o Sindicato dos Bares e Restaurantes do Município de Goiânia-GO (Sindibares/GO), uniram esforços para mobilizar empresas do setor de bares e restaurantes, com o propósito de conscientizar e prevenir a violência cometida contra meninas e mulheres, gerando impacto social com o lançamento da Campanha A Penha vai Valer no âmbito das empresas aderentes.



Em 2023, a campanha realizou ações em Jataí, Minaçu, Aruanã e na Pecuária de Goiânia, além de capacitações com bares e restaurantes da capital.

Números do Projeto	
Descrição	Total
Quantidade de pessoas capacitadas	6.325 pessoas
Quantidade de estabelecimentos	51 estabelecimentos
Quantidade de inserções na mídia	10 inserções
Quantidade de entrevistas para rádio, TVs, jornais e outros	6 entrevistas
Alcance das postagens no Instagram	8.289 contas alcançadas
Quantidade de servidores(as) e magistrados(as) envolvidos(as)	21 pessoas
Quantidade de material informativo distribuído	7.600
Quantidade de comarcas ou cidades	05 cidades

## BLOCO “NEM VEM”



O Bloco Nem Vem – A Pena Vai Valer é uma mobilização de carnaval criada pelo TJGO, para chamar a atenção do público para o enfrentamento da violência doméstica e familiar e prevenir assédios e agressões que as mulheres sofrem durante a folia.

A primeira edição, realizada em 2023, foi um sucesso. O Bloco Nem Vem reuniu centenas de pessoas pelas ruas de Goiânia, todas juntas pelo fim da violência contra a mulher e pelo respeito ao “não”. Durante o evento, foram entregues adesivos com QR Codes e folders com números de emergência e apoio às mulheres, para serem colocados em mesas de bares e restaurantes que estão no percurso do bloquinho. As informações em formato de QR code também foram estampadas nos abadá.

## BLOCO "NEM VEM"

### RESULTADOS



## PROGRAMA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA



A Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o Dia Internacional das Mulheres, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), e em novembro – quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher. A referida Semana foi incorporada à Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da Portaria nº 15/2017 e da Resolução nº 254/2018 ambas do Conselho Nacional de Justiça.

## PROGRAMA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

No ano de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar, com a adesão das mais diversas unidades judiciárias, realizou as três edições da Semana Pela Paz em Casa, conforme calendário estipulado pelo CNJ, sendo:

- 23ª Semana Da Justiça Pela Paz em Casa – realizada entre os dias 06 e 10 de março, com o tema: “Encontro da Rede de Enfrentamento e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres de Goiás”;
- 24ª Semana Da Justiça Pela Paz em Casa – realizada entre os dias 14 e 18 de agosto, com o tema: “Lançamento do Projeto Justiça pelas Mulheres nas Universidades”;
- 25ª Semana Da Justiça Pela Paz em Casa – realizada entre os dias 20 e 24 de novembro, com o tema: “Interiorização: a realização de eventos e ações em diferentes comarcas do interior do Estado”

Ações realizadas: cerimônias de abertura com participação de autoridades, assinatura de Termo de Cooperação Técnica; mutirões de julgamento; mesas temáticas sobre gênero e violência; exposição de trabalho em rede; palestras em escolas; participações em eventos relacionados à pauta; entrevistas; dentre outras.

<b>Estatística consolidada da concentração de esforços em processos nas três edições das Semanas Pelas Paz em Casa</b>	
<b>Variável</b>	<b>Total Consolidado</b>
1. Quantidade de atos realizados nas três edições	13.457
2. Público alcançado pelas palestras	7.659
3. Entrevistas para rádio, TV e jornais	40
4. Inserções na mídia	110
5. Pessoas alcançadas pelo Instagram da Coordenadoria da Mulher	25.662
6. Autoridades presentes nas atividades	115
7. Participação institucional em eventos	27
8. Quantidade de servidores (as) e magistrados (as) envolvidos (as)	390
9. Quantidade de material informativo distribuído	3.593

## CAMPANHA PROTEGE E JULGA

O TJGO lançou, em abril de 2023, a campanha PROTEGE, em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. O objetivo da campanha é garantir que todas as medidas protetivas de urgência solicitadas pelas vítimas de violência doméstica sejam analisadas pelos juízes no mesmo dia em que são requeridas.



No mês de julho, período de férias escolares, a campanha, que em dois meses analisou cerca de 2,5 mil medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha), no mesmo dia, foi reforçada. Houve a realização de um webinar, no dia 7 de julho, voltado para juízes e servidores com competência na área de violência doméstica.

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Carlos França, conduziu, em outubro de 2023, reunião interinstitucional sobre a Campanha Protege e Julga, que prioriza processos de violência doméstica contra a mulher no âmbito do Poder Judiciário estadual. O encontro contou com as presenças do corregedor-geral de Justiça do Estado de Goiás, desembargador Leandro Crispim, e do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Marcello Terto.

O objetivo da reunião foi pedir o apoio de todo o sistema de justiça para garantir que medidas protetivas de urgência relacionadas à Lei Maria da Penha sejam analisadas em até 24 horas, conforme campanha lançada em abril desse ano, a Protege. Ampliada em setembro, a iniciativa evoluiu para Protege e Julga, para que os julgamentos de mérito dos processos de violência doméstica e feminicídios ocorram em até um ano, conforme disposto no artigo 6º da Portaria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 82/2023.



Também participaram da reunião, a titular do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Goiânia, juíza Sandra Regina Teixeira Campos; o presidente do Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de Goiás (Sindjustiça), Fabrício Duarte; o presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça e Avaliadores do Estado de Goiás (Sindojus-GO), Eleandro Alves; a assessora da Presidência do TJGO, Brenna Martins; a secretária-executiva da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Lucelma Messias; a secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Kátia Hyodo; a psicóloga da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM), Dalila Rezende, e a advogada setorial da SMPM, Dayhane Divina de Oliveira. O evento também contou com participação de magistradas e magistrados de forma virtual.

**1º ENCONTRO**

# OFICINA PROTEGE E JULGA

EVENTO EXCLUSIVO PARA MAGISTRADOS (AS) E SERVIDORES (AS) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

**02/10**  
**10h**



**PARTICIPE!**  
<https://tjgo.zoom.us/j/4485206139>

**PROTEGE E JULGA**



A campanha foi apresentada a juízas e juizes, servidoras e servidores que atuam em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, durante reunião virtual, realizada no dia 26/09/2023, conduzida pela juíza auxiliar da Presidência do TJGO, Lídia de Assis e Souza, e pela coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juíza Marianna de Queiroz Gomes.

Na ocasião, ficou estabelecida a realização de oficinas da Campanha Protege e Julga, a fim de propiciar um ambiente de compartilhamento de conhecimentos e boas práticas. O projeto, denominado Oficina Protege e Julga, estabelece encontros mensais, de forma virtual, com duração de uma hora.

**CONFIRA AS DATAS DOS PRÓXIMOS ENCONTROS OFICINA PROTEGE E JULGA**

<b>1º ENCONTRO:</b> 02 DE OUTUBRO DE 2023	<b>ENCONTRO:</b> 03 DE JUNHO DE 2024
<b>2º ENCONTRO:</b> 06 DE NOVEMBRO DE 2023	<b>9º ENCONTRO:</b> 1º DE JULHO DE 2024
<b>3º ENCONTRO:</b> 04 DE DEZEMBRO DE 2023	<b>10º ENCONTRO:</b> 05 DE AGOSTO DE 2024
<b>4º ENCONTRO:</b> 05 DE FEVEREIRO DE 2024	<b>12º ENCONTRO:</b> 02 DE SETEMBRO DE 2024
<b>5º ENCONTRO:</b> 04 DE MARÇO DE 2024	<b>13º ENCONTRO:</b> 07 DE OUTUBRO DE 2024
<b>6º ENCONTRO:</b> 1º DE ABRIL DE 2024	<b>14º ENCONTRO:</b> 04 DE NOVEMBRO DE 2024
<b>7º ENCONTRO:</b> 06 DE MAIO DE 2024	<b>15º ENCONTRO:</b> 02 DE DEZEMBRO DE 2024
<b>8º ENCONTRO:</b> 03 DE JUNHO DE 2024	

A campanha tem o apoio da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO) e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, além da colaboração dos demais representantes do sistema de justiça, como OAB-GO, Ministério Público e Defensoria Pública Estadual, além das administrações municipais e estadual, por meio de políticas de proteção, integridade física e psicológica das vítimas.

<b>PROTEGE</b> <i>de abril a dezembro</i>	<b>PROTEGE E JULGA</b> <i>de setembro a dezembro</i>	
5.366 <i>Medidas protetivas concedidas em 24 horas:</i>	4.100 <i>Número de processos de violência doméstica julgados</i>	49 <i>Número de processos de feminicídio julgados</i>

## GRUPOS REFLEXIVOS

Em fevereiro de 2023 a juíza Sabrina Rampazzo de Oliveira, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher da comarca de Jataí-GO, assumiu o gerenciamento do Projeto. Ainda neste mês, foi realizado o planejamento para ações conjuntas entre o Núcleo Estadual de Gênero do Ministério Público de Goiás, visando à sensibilização e o aprimoramento de políticas públicas voltadas aos grupos reflexivos para autores de violência doméstica e familiar no Estado.

E como fruto desses encontros foi realizado, por meio de parceria entre Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por intermédio desta Coordenadoria, e Ministério Público Estado de Goiás, no dia 24 de março de 2023, no auditório do edifício-sede do Ministério Público de Goiás (MPGO) o um seminário com o tema: "Grupos reflexivos: avanços e obstáculos". O público-alvo abrangeu integrantes do MPGO e do Poder Judiciário com atuação em violência doméstica e familiar e profissionais de toda rede de Enfrentamento Estadual.

Continuando com o diálogo e parceria com a rede, foram realizadas mais reuniões durante o ano, apresentando ações institucionais para implementação de grupos reflexivos com homens autores de violência e os fatores para a adoção da abordagem metodológica reflexiva e responsabilizante, seguindo critérios da recomendação nº 124/2022 do Conselho Nacional de Justiça e da Recomendação nº 93/2022 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em maio, a Coordenadoria da Mulher, com intuito de estabelecer parcerias, apresentou o projeto dos grupos reflexivos para implementação grupos reflexivos para autores de violência, na Faculdade Morgana Potrich - FAMP na cidade de Mineiros, uma parceria para expansão da metodologia na região sudeste do Estado, atingindo ainda mais autores de violência doméstica e familiar. Em junho, foi realizada reunião com o Ministério Público para discutir um plano de ação para colocar em prática Grupos Reflexivos para a remição de pena por meio de participação. Essa iniciativa foi proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás.

## GRUPOS REFLEXIVOS

Em setembro de 2023, a Coordenadoria, por provocação do COCEVID – Colégio de Coordenadorias em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Brasil, iniciou um mapeamento nacional dos grupos reflexivos em situação de violência doméstica, onde o judiciário do Estado de Goiás disparou ofícios circulares e realizou busca ativa por meio de ligações em todas as 120 comarcas do Estado para identificar as iniciativas existentes.

## JUSTIÇA ITINERANTE

### EDIÇÃO: CAVALCANTE

Aconteceu entre os dias 25 a 27 de abril de 2023 o programa Justiça Itinerante na Comunidade Kalunga, na região de Cavalcante, com apoio da Coordenadoria Estadual da Mulher, que realizou campanhas educativas de prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres, levando aproximação do Poder Judiciário ao povo quilombola e comunidade Kalunga. Trata-se de um instrumento importante para levar acesso à informação e a justiça, conscientizar sobre a violência de gênero e alertar sobre os instrumentos de proteção aos direitos humanos.

A Coordenadoria Estadual da Mulher participou do programa oferecendo serviços de acolhimento, orientação e atendimento às mulheres, conscientizando sobre os tipos de violência e canais de denúncia. Foi distribuído material gráfico informativo, além de realizar uma peça teatral com atores pertencentes à comunidade Kalunga numa linguagem acessível aos integrantes daquela população.

A ação foi 100% positiva, pois a comunidade se sentiu contemplada com a ação feita pela Coordenadoria, principalmente com a peça adaptada para a linguagem simples e ali vivenciada pela comunidade kalunga. Ressaltamos que a orientação individual foi mais efetiva do que palestras e balcão de atendimento ao público. Um diferencial dessa ação foi as visitas nas residências de mulheres de bairros afastados e carentes, a equipe foi recebida de forma positiva.

## JUSTIÇA ITINERANTE

### EDIÇÃO: CAVALCANTE

Descrição	Total
Quantidade de pessoas atendidas	300 mulheres
Quantidade de inserções na mídia	03 inserções
Quantidade de entrevistas para rádio, TVs, jornais e outros	2entrevistas
Alcance das postagens no Instagram	18.700 visualizações
Quantidade de servidores(as) e magistrados(as) envolvidos (as)	01 magistradas e 03 servidores (as)
Quantidade de material informativo distribuído	1.500
Quantidade de comarcas ou cidades	01 cidades

### EDIÇÃO: TERESINA DE GOIÁS E MONTE ALEGRE DE GOIÁS

A segunda edição do programa ocorreu nas cidades de Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. A população de Teresina de Goiás foi beneficiada pelas ações do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) em Monte Alegre de Goiás, abrangendo o Distrito Judiciário de Cavalcante e o Distrito Judiciário de Campos Belos.

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar realizou rodas de conversa com homens, bate-papos com alunos e alunas, conscientização e atendimento às mulheres da comunidade Kalunga. As atividades incluíram discussões sobre acesso à educação, masculinidades, violência de gênero e racismo, com foco nos jovens negros da Comunidade Kalunga, entre 15 e 29 anos.

As rodas de conversa foram conduzidas pelos juízes Érika Barbosa Gomes Cavalcante e Gabriel Lisboa da Silva Dias Ferreira, com a participação dos servidores Carlos Gonçalves e Mara Cristina. Durante esses encontros, foram distribuídos guias orientadores sobre a Lei Maria da Penha aos participantes.

## JUSTIÇA ITINERANTE

### EDIÇÃO: DIVINÓPOLIS

A terceira edição do Justiça Itinerante beneficiou a população de Divinópolis de Goiás e região. O programa, idealizado pelo presidente do TJGO, desembargador Carlos França, tem como objetivo ampliar o acesso à justiça em comunidades distantes dos centros urbanos. Divinópolis de Goiás abriga a comunidade quilombola Vazante, composta por aproximadamente 800 famílias.

A Coordenadoria da Mulher do TJGO ofereceu apoio e proteção às mulheres em situação de violência durante o evento. Foram realizados atendimentos e acolhimentos às mulheres em situação de violência, com o auxílio de uma equipe multidisciplinar. Aconteceu roda de conversa abordando temas fundamentais para a construção de um futuro mais igualitário: acesso à educação, masculinidades, violência de gênero e racismo. O encontro teve como foco os jovens negros da comunidade Kalunga, faixa etária de 15 a 29 anos. Os participantes trocaram experiências e vivências, além de reduzir barreiras, promover a inclusão e eliminar o preconceito. Na ocasião, foram distribuídos guias orientadores sobre a Lei Maria da Penha a todos os participantes.

A Roda de Conversa foi conduzida pela juíza Érika Barbosa Gomes Cavalcante e pelo juiz Gabriel Lisboa da Silva Dias Ferreira, com participação dos servidores Carlos Gonçalves e Mara Cristina. A Coordenadoria da Mulher do TJGO participou do evento oferecendo apoio e proteção às mulheres em situação de violência. Durante o Justiça Itinerante foram realizados atendimentos e acolhimentos às mulheres em situação de violência, por meio de uma equipe multidisciplinar que busca orientar e oferecer suporte emocional. Esta edição teve ainda a participação Coordenadoria da Infância e Juventude e dos Comitês de Igualdade Racial, de Equidade e Diversidade de Gênero e de Acesso à Justiça.

Rodas de conversa foram realizadas com a temática: Violência Doméstica contra a Mulher, voltada para os homens; Acesso à Educação Masculinidade, Violência de Gênero e Racismo, com a comunidade quilombola.

## JUSTIÇA ITINERANTE

### EDIÇÃO: BALIZA

A 4ª edição do Justiça Itinerante teve como propósito principal ampliar o acesso à justiça em comunidades afastadas dos centros urbanos. Pelo menos 500 famílias do acampamento Bandeirante, situado a 40 quilômetros de Baliza, foram diretamente beneficiadas por esta iniciativa.

A Coordenadoria da Mulher do TJGO esteve ativamente envolvida neste evento, oferecendo apoio e proteção às mulheres em situação de violência. Durante o período do Justiça Itinerante, ocorreu a realização de atendimentos e acolhimentos às mulheres que enfrentam situações de violência, conduzidos por uma equipe multidisciplinar especializada em oferecer orientação e suporte emocional.

Além da Coordenadoria da Mulher, a 4ª edição contou com a participação da Coordenadoria da Infância e Juventude, bem como dos Comitês de Igualdade Racial, de Equidade e Diversidade de Gênero, e de Acesso à Justiça. Ressalta-se que a Corregedoria Geral da Justiça já esteve no local com a promoção do Projeto Escuta, conforme noticiado.

Diversas rodas de conversa foram realizadas, abordando temáticas relevantes, tais como Violência Doméstica contra a Mulher, com enfoque direcionado aos homens, e debates sobre racismo, explorando o tema "Diálogos para a Democracia Racial". Essas atividades contaram com a participação de membros dos Comitês de Equidade e Diversidade de Gênero, Igualdade Racial e de Acesso à Justiça.

Destaca-se que a juíza Erika Barbosa Gomes Cavalcante, titular da Vara Criminal da comarca de Goiás, coordenadora do Comitê de Acesso à Justiça e 1ª vice-coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher do TJGO, recebeu o 12º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos na categoria "Trabalhos dos Magistrados", pelo projeto "Roda Antirracista: Diálogos para a Democracia Racial".

Esta ação demonstra o compromisso do TJGO em promover a justiça e a igualdade de gênero em todas as comunidades, especialmente aquelas mais distantes e vulneráveis.

## **CURSO DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE DE GÊNERO: APLICANDO O PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Foi realizado, em parceria com a EJUG – Escola Judicial de Goiás, o curso “Direitos Humanos e Equidade de Gênero: aplicando o protocolo de julgamento com perspectiva de gênero”, voltado para magistrados e magistrada. O objetivo foi sensibilizar servidores e magistrados sobre a necessidade de observar situações com perspectiva de gênero, estudar conceitos basilares em torno da equidade de gênero e perceber sua negação como uma violação de direitos humanos, de graves impactos pessoais, familiares e sociais.

A temática do curso impulsiona avanços na proteção dos direitos humanos e alinha estrategicamente o Poder Judiciário goiano aos indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda ONU 2030. O curso contempla especificamente os objetivos 5º, sobre igualdade de gênero, e 16º, sobre promoção de sociedades pacíficas, inclusivas e acesso à justiça. O curso “Equidade de gênero e direitos humanos” efetiva concretamente a Política de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

O curso sensibiliza servidores e magistrados sobre a temática de gênero, conscientiza sobre dificuldades de acesso a trabalho e à justiça, ao endereçar preconceitos e educar para a diversidade. Promove-se um meio ambiente de trabalho hígido, através da conscientização sobre diferenças e preconceitos. Na ocasião, o curso contou com 68 (sessenta e oito) inscritos e teve participação ativa de membros da Coordenadoria Estadual da Mulher que atuaram como conteudistas e tutores.

## PROJETO RECOMEÇAR

O Projeto Recomeçar surgiu a partir do Termo de Cooperação nº 3/2022, firmado entre o Tribunal de Justiça e a Fundação IDEAH (Instituto para o Desenvolvimento do Ensino e Ação Humanitária), da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e tem por objetivo realizar cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar, quando a seqüela resulta do crime ou do ato infracional.

Inicialmente, as ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Recomeçar incluíram contatos com as mulheres que estiveram em situação de violência e foram indicadas pelas (os) magistradas (os) ou por integrantes da rede de enfrentamento à violência, além do acolhimento, orientação, preenchimento da ficha de encaminhamento e envio à equipe médica do IDEAH, via e-mail.

Dessa forma, a equipe multidisciplinar desta Coordenadoria entrou em contato com as pessoas indicadas para informá-las sobre a possibilidade de passarem por uma avaliação médica, visando à análise de atendimento aos critérios do projeto bem como a indicação (ou não) da cirurgia reparadora. O contato foi realizado individualmente, por meio de mensagens de texto via whatsapp e chamadas de vídeo, tendo em vista o fato de que a maioria das mulheres residem no interior do Estado. Conforme data estabelecida pela equipe médica, a triagem foi realizada no dia 24 de junho de 2023, realizada no Centro de Saúde deste Tribunal de Justiça, por meio de uma equipe médica indicada pelo IDEAH.

Após o processo de triagem, foi realizado o encaminhamento das fichas de inscrição, avaliação pré-operatória e solicitação de exames das mulheres, crianças e adolescentes contempladas (os) com o benefício da cirurgia plástica reparadora.

O papel atribuído à Coordenadoria da Mulher foi devidamente cumprido, que consistia em encaminhar as fichas de atendimento das vítimas via e-mail, a fim de que a Fundação realizasse a triagem das pacientes e, posteriormente, compartilhasse as informações com os serviços credenciados da SBCEP - Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (hospitais públicos e privados) parceiros, responsáveis pelos atendimentos e procedimentos necessários.

## PROJETO RECOMECAR

No dia 19 de junho de 2023, foi realizada cerimônia que oficializou a adesão da Secretaria Estadual de Saúde (SES), Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás (SEDS), Secretaria de Saúde do Município de Goiânia (SMS) e Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) como parceiros do programa, que tem a finalidade de viabilizar cirurgias plásticas reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.



A solenidade contou com a presença do corregedor-geral da Justiça do Estado de Goiás, desembargador Leandro Crispim, o vice-presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego), desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga, na ocasião representando a presidente da Asmego, juíza Patrícia Carrijo; a juíza auxiliar da Presidência do TJGO, Sirlei Martins da Costa, e a coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, magistrada Marianna de Queiroz Gomes. Também compareceram o secretário estadual de Saúde, Sérgio Vêncio; o secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás, Welligton Matos de Lima; a diretora-geral da OVG, Adryanna Caiado; o secretário municipal de Saúde de Goiânia, Durval Pedroso. O presidente do IDEAH, Luciano Chaves, participou da solenidade de forma virtual.

## PROJETO RECOMEÇAR

No dia 10 de agosto de 2023, o servidor Carlos Gonçalves e a estagiária de psicologia Geovana Bernardes foram convocados para uma reunião na sede da Secretaria de Estado de Saúde com o propósito de discutir os procedimentos a serem adotados.

Para melhor gestão do projeto e acompanhamento dos participantes, foram criados alguns grupos no *Whatsapp* – com as participantes, um representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e um representante da OVG, responsável pela gestão da Casa do Interior, onde as mulheres podem se hospedar nos dias de consulta nesta capital; um grupo com os médicos e um grupo com os representantes das instituições parceiras (Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, OVG – Organização das Voluntárias de Goiás, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Tribunal de Justiça de Goiás). Em novembro e dezembro, foram realizadas reuniões de acompanhamento para ajustar intercorrências e viabilizar a realização das cirurgias.



Participaram da reunião os representantes da Superintendência de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Ana Paula Ferreira Barbosa; Erine Cristina Belo e Elter Borges de Campos Souza, da Coordenadoria da Mulher, Lucelma Messias de Jesus, Daniele Nascimento, Carlos da Silva Gonçalves e Geovana Bernardes Ribeiro; da diretoria de Unidades Socioassistenciais da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), Roberta Wendorf de Carvalho e Mário Joaquim dos Santos Neto; da Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás da subsecretária Institucional (SEDS), Cássia Bessa; da Superintendência de Regulação, Controle e Avaliação (SES), Amanda Melo e Arantes Limongi; e da gerência de Regulação de Cirurgia Eletivas, Fernanda Barbosa de Oliveira

## PROJETO RECOMEÇAR

### PRÊMIAÇÕES

O Projeto Recomeçar, uma iniciativa da Presidência e Coordenadoria da Mulher do TJGO, foi o grande vencedor do Prêmio Justiça e Saúde, organizado pelo CNJ. O troféu foi entregue ao presidente do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre) e do TJGO, desembargador Carlos França, no dia 24 de novembro de 2023, no encerramento do II Congresso Nacional do Fonajus, em Foz do Iguaçu, Paraná.

O projeto venceu a disputa com outros 40 projetos de diversos tribunais do Brasil. O presidente Carlos França recebeu o troféu das mãos dos conselheiros do CNJ, Richard Pae Kim, supervisor do FONAJUS, e Marcello Terto.

Ainda em novembro, o Projeto Recomeçar recebeu o 2º lugar na Categoria Inovação Social no Prêmio de Inovação J.Ex, o qual reconhece projetos inovadores no ecossistema de Justiça, que usam tecnologia, gestão e metodologias para melhorar a Justiça.



## GRUPO DE ESTUDOS SOBRE DIREITOS DAS MULHERES

Em 2023, em parceria com a EJUG – Escola Judicial de Goiás, foi iniciado as tratativas para criação e execução de um grupo de estudos sobre Direitos das Mulheres, pela plataforma *moodle*. Com o objetivo de atender a portaria nº007/2023 e visando ao aprimoramento das atividades desenvolvidas para uma melhor prestação jurisdicional no âmbito do tema proposto.

Nesse sentido, tendo em vista a matéria ser pauta desta Coordenadoria Estadual da Mulher, foram feitas reuniões de alinhamento e inserção de conteúdo na plataforma para início das atividades do grupo de estudos.



A Ministra Carmen Lúcia ministrou palestra na abertura do Grupo de Estudos de Direito. Durante o evento, ela discutiu a Evolução dos Direitos Humanos das Mulheres no Século 21. A solenidade, presidida pelo desembargador Carlos França, ocorreu no auditório da Ejug, que é parceira na realização da iniciativa.

Compuseram a mesa diretiva: o vice-presidente do TJGO, desembargador Amaral Wilson; a vice-coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis; a titular da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juíza Marianna de Queiroz Gomes; a presidente da Associação dos Magistrados de Goiás (Asmeço), juíza Patrícia Carrijo; a juíza Aline Vieira Tomás, auxiliar no gabinete da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF); e a procuradora de justiça e ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ivana Farina Navarrete Pena.

## PROJETO JUSTIÇA PELAS MULHERES NAS UNIVERSIDADES

O Projeto promoveu a parceria com universidades para realizar palestras, debates e ações nas Instituições de ensino superior do Estado de Goiás, sejam públicas ou privadas, sobre a temática da violência de gênero e Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). O Projeto justifica-se na compreensão de que as universidades são importantes agentes na contribuição para a formação de futuros profissionais com perspectiva de gênero. Tendo em vista a interseccionalidade do tema, houve a contribuição dos acadêmicos de Direito, Psicologia e Serviço Social.

O projeto teve seu lançamento na 24ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa, que ocorreu entre os dias 14 e 18 de agosto de 2023, através de um Termo de Compromisso assinado pela gestora do Curso de Direito do Centro Universitário Universo-Goiânia, advogada Antônia Chaveiro; pelo coordenador do curso de Direito da FacUnicamps, advogado Alecssandro Regal Dutra; e pela coordenadora do curso de Direito do Centro Universitário Unicamburi, advogada Keisy Dávila Ferreira. Em sua primeira edição o público estimado foi de 500 (quinhentos) acadêmicos.



Juíza Marianna Queiroz ministrando palestra na Faculdade Universo em Goiânia.

## PROJETO JUSTIÇA PELAS MULHERES NAS UNIVERSIDADES



Servidor Gabriel ministrando palestra na FacUnicamps em Goiânia.



Dra. Gláucia Teodoro ministrando palestra na faculdade Unicamburi.

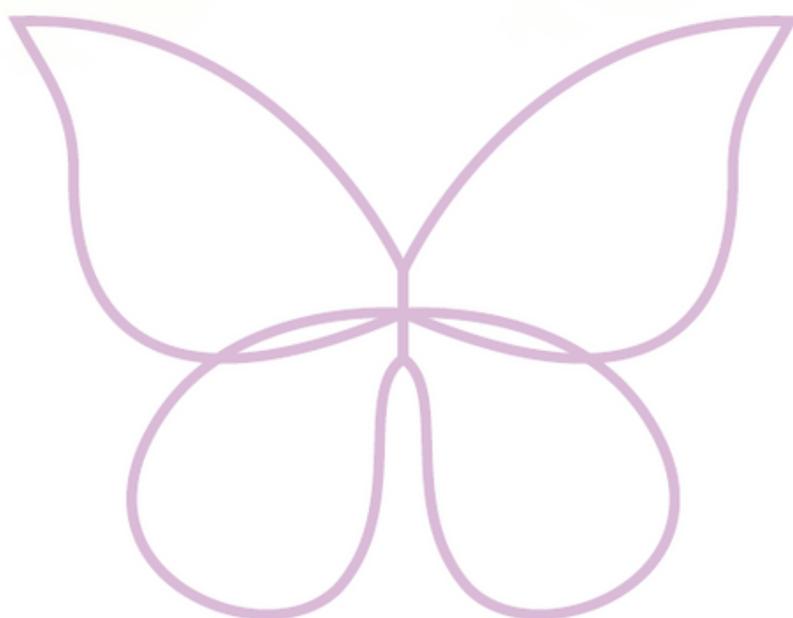
## XV FÓRUM NACIONAL DE JUÍZAS E JUÍZES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (FONAVID)

Integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) participaram do XV Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), realizado em Porto Alegre, entre os dias 24 e 27 de outubro. O tema desta edição foi "O papel do Judiciário na implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas". Durante o Fórum, a juíza Marianna de Queiroz participou da reunião do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid).

A juíza Érika Barbosa Gomes Cavalcante representou o TJGO na Assembleia dos Enunciados e liderou a oficina "Pesquisa-Ação nas Escolas". Além disso, a juíza Isabella Luíza Alonso foi eleita para representar Goiás na Comissão Executiva do Centro-Oeste do Fonavid. No final do evento, os membros da comissão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás também se uniram à caminhada pelo fim da violência contra as mulheres. (Texto: Karinthia Wanderley - Centro de Comunicação Social)



A juíza Marianna de Queiroz Gomes, titular da Coordenadoria da Mulher, liderou a comitiva que incluiu as juízas Érika Barbosa Gomes Cavalcante, titular da comarca de Goiás; Isabella Luíza Alonso Bittencourt, titular da comarca de Minaçu; e Sabrina Rampazzo, titular da comarca de Jataí. Além disso, a secretária executiva da Coordenadoria, Lucelma Messias de Jesus, e o servidor Gabriel Rodrigues Cavalcante Albuquerque, da UPJ de Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres da comarca de Goiânia, também representaram o TJGO.



## **CONTATOS**

Av. Assis Chateaubriand, nº195,

Setor Oeste - Goiânia / GO

CEP 74130-011

(62) 3216-2502 / (62) 99108-2133

e-mail: [coordenadoriamulher@tjgo.jus.br](mailto:coordenadoriamulher@tjgo.jus.br)

Instagram: [@coordenadoriadamulhertjgo](https://www.instagram.com/coordenadoriadamulhertjgo)



**COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER  
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**